

O impacto de políticas educacionais na qualidade de ensino: Uma revisão sistemática de estudos sobre reformas escolares

Bruna Ribeiro Diniz Campos
UFMS, Mato Grosso do Sul

Alexandre Meira de Vasconcelos
UFMS, Mato Grosso do Sul

RESUMO

No Brasil, a educação gratuita e de qualidade é um direito constitucional de todos. (Brasil, 1988) Com vistas ao cumprimento desse direito, foi proposto em 2014, pela Lei 13.005, o Plano Nacional de Educação (PNE) e em sua meta 7 estabelece o fomento à qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades. Para o desenvolvimento dessa meta são propostas 36 estratégias, dentre elas, o desenvolvimento de Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação, Desenvolvimento curricular, Qualidade da educação.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação gratuita e de qualidade é um direito constitucional de todos. (Brasil, 1988) Com vistas ao cumprimento desse direito, foi proposto em 2014, pela Lei 13.005, o Plano Nacional de Educação (PNE) e em sua meta 7 estabelece o fomento à qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades. Para o desenvolvimento dessa meta são propostas 36 estratégias, dentre elas, o desenvolvimento de Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (Brasil, 2014)

Diante disso, em 2015 iniciou-se o processo de escrita da BNCC para toda a Educação Básica, porém, em 2016, o processo é fragmentado com a aprovação da Medida Provisória nº 746/2016, convertida na Lei 13.415/2017, que estipula uma grande reforma educacional na etapa do Ensino Médio. No início de 2018, enquanto a BNCC para a Educação Infantil e Educação Fundamental está em processo de implementação, a BNCC do Ensino Médio passa pela reformulação da sua 2ª versão para se adequar à nova proposta, e sua 3ª versão é homologada no final deste ano. Portanto, há dois cenários, até 2020 a BNCC da Educação Infantil e Educação Fundamental deve ser implementada em todas as escolas e até 2022 a BNCC do Ensino Médio. (Casto, 2020; Brasil, 2016; Brasil 2017)

Nomeia-se Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o documento normativo que determina o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todo estudante deve desenvolver na Educação Básica, de forma, que seja assegurado seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares devem tê-lo como referência nacional



com o objetivo de minimizar a fragmentação das políticas educacionais, esperando assim, garantir um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes. (Brasil, 2018) Dessa forma, por meio dos estudos de Dias e Matos (2012) pode-se caracterizar a BNCC como uma política pública, pois busca a resposta do poder público - o desenvolvimento e implementação de aprendizagens essenciais - a um problema político - a desigualdade educacional e a falta de qualidade.

Para garantir que os objetivos estabelecidos sejam alcançados e para avaliar a efetividade da implementação de uma política pública, nesse estudo a BNCC, o monitoramento e avaliação devem ser realizados em diferentes etapas: antes, durante e após a implementação. A avaliação prévia ajuda a identificar as necessidades e demandas dos usuários, bem como a definir objetivos claros e realistas. Durante a implementação, a avaliação intermediária permite acompanhar o andamento da implementação, identificar desafios e gargalos e fazer ajustes necessários. Já a avaliação posterior permite medir a eficácia da política pública e avaliar seus impactos, tanto positivos quanto negativos, sobre os usuários e a sociedade em geral. (Trevisan e Van Bellen, 2008)

2 OBJETIVO

Nesse contexto, a revisão sistemática pretende comparar o processo de avaliação da implementação de políticas educacionais em diferentes países, abordando as seguintes questões de pesquisa:

- Quais os contextos das reformas educacionais?
- Quais indicadores de qualidade de ensino utilizados para avaliar o (in)sucesso de reformas educacionais?
- Como são mensurados os impactos de reformas educacionais?
- A proficiência é suficiente para avaliar uma política educacional?
- O desempenho/proficiência é suficiente para mensurar qualidade de ensino?
- Como as reformas escolares impactaram a qualidade de ensino?

Com base nessa revisão, será possível identificar os principais processos utilizados para avaliar a implementação de políticas educacionais, bem como apresentar um panorama dos principais indicadores relacionados à qualidade ensino e eficácia. Além disso, a revisão permitirá a sistematização e análise dos dados encontrados, com o objetivo de fornecer subsídios para a elaboração de avaliação de políticas educacionais mais efetivas e equitativas.

3 METODOLOGIA

A revisão sistemática da literatura foi conduzida por meio estrutura proposta no ambiente virtual Parsial (2023): seleção de questão de pesquisa, seleção de base de dados e fontes de artigos, escolha de termos de pesquisa, aplicação de critérios práticos de triagem, aplicação de critérios metodológicos de triagem, revisão e síntese dos resultados.

Visando identificar maneiras de avaliar os impactos da implementação da Base Nacional Comum Curricular na qualidade de ensino brasileiro, foram selecionados artigos e artigos de revisão, por meio das bases de dados indexadas *Scopus* e *Web of Science*, abrangendo o período de janeiro de 2023 a março de 2023, limitando a artigos de periódicos publicados na língua inglesa, espanhola e portuguesa.

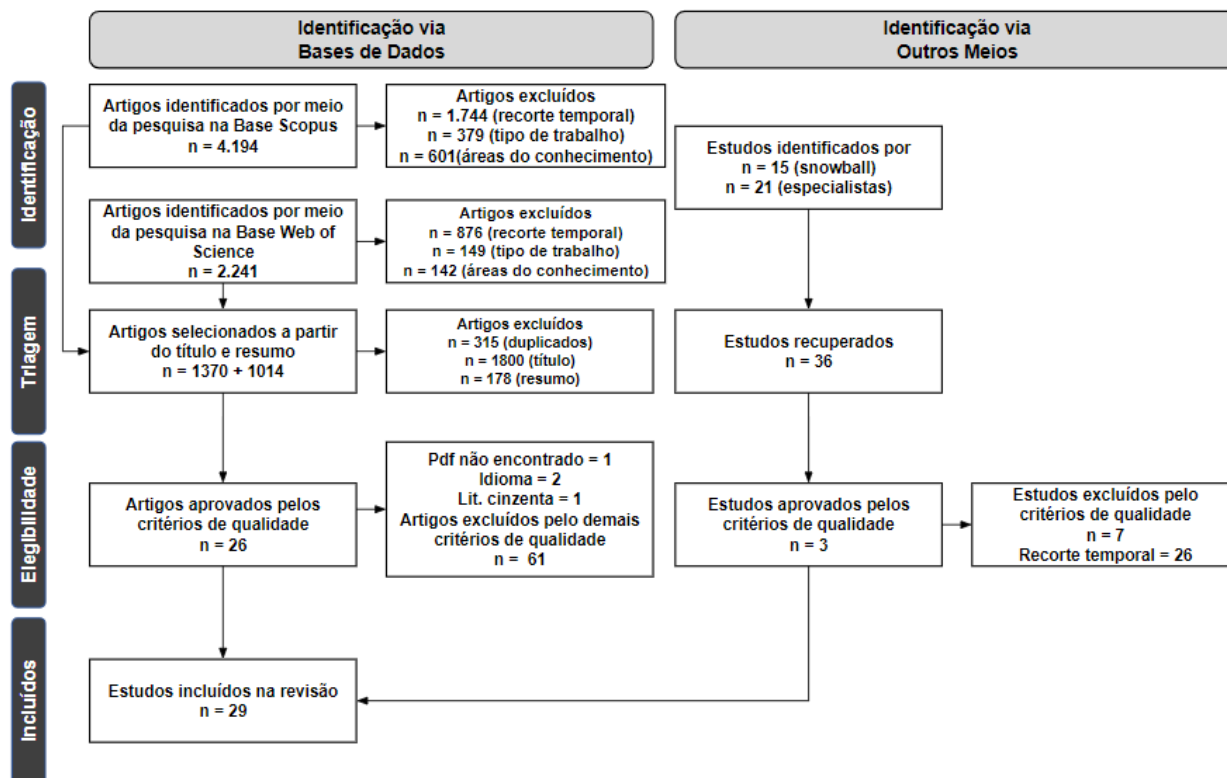
Como o objetivo era identificar os processos de implementação de diferentes políticas educacionais em diferentes países, sobretudo o seu processo de avaliação, a string de busca, aplicada aos resumos, palavras-chaves e títulos foi ("scholar" OR "student" OR "young") AND ("adjustment" OR "alteration" OR "modification" OR "reform" OR "reorganising") AND ("gymnasium" OR "high school" OR "school" OR "secondary school") AND ("competence" OR "efficiency" OR "performance" OR "proficiency").

Após restringir as áreas relacionadas à Administração, Administração Pública, Ciências Sociais, Economia, Educação, Gestão, Multidisciplinares e Psicologia nas bases de dados, a busca resultou em 2.384 artigos, reduzidos a 26 após aplicação de critérios de elegibilidade e qualidade.

Os estudos selecionados tiveram suas referências revisadas manualmente para identificar demais publicações aderentes ao assunto no processo conhecido como snowball. Foram adicionados também estudos indicados por especialistas. De forma a padronizar o recorte temporal, decidiu-se excluir 26 estudos, incluídos por meio do processo de snowball ou indicados por especialistas, que não se enquadraram no período de janeiro de 2013 a março de 2023. A todos os estudos classificados foram aplicados os critérios de elegibilidade e qualidade.

Na Figura 1, pode ser observado todas as etapas de seleção e inclusão dos estudos.

Figura 1 – Fluxograma de seleção de artigos do portfólio



Fonte: Elaborado pelo Autores.

4 DESENVOLVIMENTO

Os artigos classificados foram submetidos ao processo de qualificação. Nesse processo, foram excluídos ainda 1 estudo em que não foi possível encontrar o texto completo em formato de pdf, 2 estudos em que só foram encontrados textos em idiomas diversos da língua portuguesa, língua inglesa e língua espanhola e 1 estudo que se tratava de literatura cinzenta. Após essa exclusão, pretendendo selecionar quais artigos poderiam responder questões relevantes para a pesquisa, os demais 98 estudos foram qualificados por meio de 8 perguntas elaboradas sobre a implementação e avaliação políticas/reformas educacionais. No Quadro 1, pode-se identificar a finalidade de cada pergunta qualificatório que tinha como possibilidade três níveis de resposta: “sim”, “parcialmente” e “não”. A cada nível, foram atribuídas as pontuações 1; 0,5 e 0, respectivamente.

Quadro 1 – População brasileira por situação em domicílio em 2003

Pergunta qualificatória	Finalidade
O referencial teórico é robusto e qualificado?	Avaliar se as fontes citadas são confiáveis e relevantes para a área de pesquisa.
O artigo discute sobre impactos de reformas educacionais?	Identificar quais são os impactos mencionados pela literatura de forma geral.
As lacunas /oportunidades de pesquisa estão assinaladas?	Verificar se são apresentadas limitações das conclusões tiradas e novas possibilidades.
O artigo apresenta o contexto que se deu a reforma educacional?	Identificar a motivação das reformas educacionais para compreender a relação de avaliação.
O artigo menciona indicadores de qualidade de ensino utilizados para avaliar reformas educacionais?	Identificar quais indicadores de qualidade de ensino para avaliar reformas educacionais.
O artigo relaciona proficiência/desempenho com qualidade de ensino?	Analisar como é entendida a relação entre desempenho e a qualidade do ensino ofertada.
O artigo discute como mensurar efeitos de reformas educacionais?	Comparar como são mensurados os efeitos das reformas educacionais.
O artigo aborda reformas educacionais curriculares na educação básica?	Priorizar reformas curriculares, mas não excluir as demais.

Fonte: Elaborado pelo Autores.

Ao final, foram qualificados 29 artigos que obtiveram nota final superior a 6 pontos (nota de corte do somatório das questões). Esses estudos foram fichados e suas informações foram tabelas. A Tabela 1 indica os artigos selecionados, o número que foram citados nas bases de dados indexados, o objetivo do estudo em aderência à pesquisa e as principais conclusões do(s) autor(es) que podem contribuir para as questões discutidas nesta pesquisa.

Tabela 1 – Resultados da qualificação dos artigos

Artigo	Citações			Pontuação	Objetivo(s) e considerações
	(Scopus)	(Os)	(Google)		
Aloisi e Tymms (2017)	11	-	28	8	Os autores buscam comparar a capacidade de variáveis maleáveis a políticas de afetar as pontuações do PISA com a de variáveis não maleáveis a políticas. Há um amplo esforço de reformas curriculares alinharem seus referenciais ao PISA e isso reflete uma preocupação na redefinição de avaliar a qualidade de ensino por suposições matemáticas. Os autores sugerem abordagens multidisciplinares para análises de dados educacionais e aconselhamento de políticas.
Pietarinen; Pyhalto e Soini (2016)	56	-	137	7,5	O estudo aborda a reforma curricular nacional na Finlândia e visa obter a percepção pelas partes interessadas. Em suas análises, os autores discutem que a forma de implementação tem um forte impacto nos resultados obtidos.
Drijvers; Kodde-buitenhuis e Doorman (2019)	20	7	51	7	Os autores comparam o desempenho de alunos de escolas-pilotos na implementação da reforma curricular holandesa de matemática e estudantes que utilizavam o currículo antigo. Os alunos das escolas-piloto mostraram mais diversidade nas estratégias de resolução de problemas.

Gualberto e Rodrigues (2021)	-	-	1	7	Os autores analisaram a relação entre o grau de autonomia curricular nas escolas e o desempenho dos alunos no PISA. Não foram observadas evidências claras de relação de causalidade. Porém, aspectos como gênero e desigualdades socioeconômicas, apresentaram-se como aspectos mais relevantes para a compreensão do desempenho dos alunos.
Prendergast e Treacy (2017)	24	22	53	7	Os autores tinham como objetivos investigar efeitos imediatos em uma abordagem curricular em alunos irlandeses e explorar a opinião dos professores dessa nova metodologia. Uma das questões levantadas foi na possibilidade compreender a discrepância entre currículo pretendido e currículo implementado, para que realmente pudessem tirar conclusões mais realistas.
So e Kang (2014)	50	40	116	7	O estudo discute os impactos da reforma educacional na Coreia do Sul, onde foi implementado um currículo baseado nas competências para o século XXI. Embora o autor discorra sobre a importância da abordagem por competência, ele reforça a necessidade no cuidado com a autonomia do professor e na necessidade de formação continuada para que se tenha uma reforma curricular efetiva.
Konstantinos Kounetas <i>et al.</i> (2023)	0	0	0	7	Os autores abordam uma reforma educacional na Grécia com foco na aprovação no Ensino Superior. Embora não seja uma reforma curricular, o estudo demonstra que há outros indicadores para avaliar as políticas educacionais.
Karakolidis <i>et al.</i> (2021)	3	2	4	7	O estudo busca fornecer abordagens aprimoradas para investigar como o desempenho são distribuídos entre subgrupos. São identificadas evidências que a Irlanda fez um progresso razoável no combate à desigualdade, porém, o desempenho dos alunos em matemática ainda é explicado por características demográficas e socioeconômicas.
Cheung; Keung e Mak (2019)	5	4	10	7	O estudo investiga o impacto da reforma curricular em Hon Kong comparando as percepções de diferentes partes interessadas (diretores de escola, professores e alunos). Foram observadas evidências de percepções positivas entre as partes.
Tobin, Nugroho e Lietz (2016)	10	7	29	7	Os autores buscaram sintetizar os resultados de duas revisões sistemáticas que examinaram evidências da ligação entre avaliação de larga escala e políticas educacionais em países economicamente e em países da Ásia-Pacífico. O estudo não pode aprofundar nas particularidades das reformas.
Deng e Gopinathan (2016)	95	82	187	7	O artigo oferece uma explicação alternativa para o sucesso educacional de Singapura e questiona a utilização do PISA como principal indicador de desempenho educacional de um sistema escolar, problematizando que as habilidades têm foco econômico. Os autores atribuem o sucesso do país justamente ao fato da decisão de não alinhar o seu currículo plenamente ao PISA como a onda de outros países fizeram.
Baete e Hochbein (2014)	2	3	13	7	O estudo aborda uma reforma educacional focada em escolas com baixo desempenho. Ela contribui para compreender as abordagens específicas atingem resultados melhores. Embora os autores encontraram evidências de melhoria no desempenho, eles questionam sobre a relação causa e efeito da reforma educacional, levantando a necessidade de estudos referentes à fidelidade da implementação.
Salazar-Morales (2017)	5	6	16	7	O autor investiga a reviravolta educacional dos resultados do Peru após 43 anos de insucesso. O estudo reflete também sobre o foco em casos de insucesso e sugere o aprofundamento nas arenas de casos bem-sucedidos de políticas implementadas.

Le Donn� (2014)	2	2	8	7	O artigo avalia os impactos na reforma polonesa em que houve o aumento de um ano para a conclusão do ensino médio.
Choi e Jerrim (2016)	17	17	52	7	Os autores investigam, por meio dos dados do PISA, quando alunos do sistema educacional espanhol ficam prejudicados quando comparados a outros sistemas de ensino. São observadas evidências que a defasagem acontece muito antes do ensino médio, sem a possibilidade de especificar o momento exato. Dessa forma, os autores alertam para análises simplistas a rankings do PISA.
Pham (2022)	1	1	2	7	O estudo examinou os efeitos produzidos pela reforma da Zona de Inova�o em Memphis, Tennessee. Os resultados destacam a colabora�o entre pares, um ambiente de aprendizado positivo e o recrutamento de educadores eficazes como importantes práticas que provavelmente irão facilitar um melhor desempenho escolar no âmbito de futuros planos de reforma escolar.
Van de Werfhorst (2018)	22	20	43	6,5	O estudo aborda políticas inclusivas com enfoque na redu�o de desigualdade educacionais em diferentes partes do mundo. Foram observadas evidências que reformas na dire�o � educa�o integral reduziram as desigualdades entre os alunos de diferentes origens sociais, mas reduzia o desempenho médio dos alunos.
Machin; McNally e Wyness (2013)	19	15	47	6,5	O estudo compara o sistema de ensino da Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte após a devolu�o política do Reino Unido. A análise se torna diferenciada por permitir a compara�o de diferentes reformas educacionais com um contexto regional muito próximo, permitindo minimizar fatores que influenciam no desempenho. Há uma complexidade em avaliar políticas educacionais quanto ao custo-benefício dado a dificuldade em totalizar os gastos. Porém, encontrou-se evidências que o aumento de recursos pode melhorar os resultados e gastos mais direcionados podem beneficiar alunos de origens desfavorecidas.
Dahmann (2017)	22	19	74	6,5	O autor investigou os efeitos do tempo de instru�o no ensino médio na Alemanha. Os resultados sugerem que o aumento do tempo de instru�o beneficia os alunos do sexo masculino, exacerbando as diferenças de g�nero.
Razo (2018)	7	-	44	6,5	Com o objetivo de aplicar o método CLASS para avaliar a implementa�o curricular no México após 9 anos, o estudo apresenta evidências que embora há um padrão entre os professores no ensino, ainda não � possível afirmar que o currículo proposto � o currículo executado.
Nakayasu (2016)	7	-	40	6,5	Os autores propuseram analisar a reforma curricular com foco nas competências do século XXI após o país decair no ranking do PISA.
Carlson e Lavertu (2018)	21	18	51	6,5	Neste artigo � estimado o efeito dos esforços de recupera�o de Ohio no desempenho dos alunos e na administra�o escolar. � avaliado uma política de incentivo financeiro em escolas de baixo desempenho. Embora tenha demonstrado resultados positivos, os autores alertam para a necessidade de análises futuras para identificar efeitos a longo prazo e possíveis reviravoltas.
Ferraro e P�der (2018)	8	6	9	6,5	Os autores se propõem a analisar por meio de indicadores de desempenho no PISA, reformas educacionais italianas, uma vez que esse sistema apresenta resultados distintivos caracterizados por alta equidade e baixas pontua�es de eficiência. Em seus estudos, observa evidências que escolas com mais autonomia curricular e avaliativa, tendem a ter um desempenho geral melhor. Porém, destacam-se para as limita�es devido a avalia�o abordar um único país.

Bower (2013)	11	9	75	6,5	O estudo analisa diversas reformas escolares e reformas sociais, fazendo uma relação de como o desempenho dos alunos foi impactado, sobretudo os mais desfavorecidos. O autor aborda que a maior parte dos fatores que interferem no desempenho escolar acontece fora da escola. As reformas escolares a muito curto prazo poderão demonstrar maiores impactos no desempenho, porém, a longo prazo as reformas sociais possuem maiores impactos. Ele não defende a exclusão de um ou outro tipo de reforma, mas o uso de ambos de forma complementar.
Bonilla e Dee (2018)	6	7	35	6,5	O estudo buscou estimar os impactos de uma política com foco em escolas de baixo desempenho. Foram observadas evidências que o Kentucky obteve resultados mais expressivos por combinar outras metodologias na implementação da reforma.
Gorlitz e Gravert (2016)	7	7	21	6,5	Os autores analisaram uma reforma em que aumentou o grau de dificuldade para obtenção de diploma acadêmico do ensino médio. Foram encontradas evidências que os índices de evasão aumentaram sem ocasionar aumentos de desempenho.
Macqueen <i>et al.</i> (2018)	23	23	62	6,5	O estudo contribui para uma discussão mais ampla sobre testes padronizados para avaliar reformas educacionais. Abordando a utilização da língua padrão (no caso o inglês) questiona a efetividade dessa avaliação para subgrupos, no estudo em questão, os povos indígenas.
Burks e Hochbein (2013)	5	7	24	6,5	Examinou os impactos da implementação de uma reforma com foco em escolas com baixo desempenho persistente. Os estudos a curto prazo demonstram melhoria no desempenho.
Khanvanson e Carnoy (2016)	17	9	35	6,5	Os autores buscaram avaliar os efeitos acadêmicos não intencionais e pretendidos associados às reformas educacionais pós-soviéticas. Foram observadas evidências que o enfoque bilíngue demonstrou evolução no desempenho em indicadores do PISA.

Fonte: elaborada pelo autor.

Legenda: WoS – Web of Science

4.1 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA REFORMA EDUCACIONAL

A implementação de uma reforma educacional é um processo multifacetado que depende de diversos atores, contextos socioculturais e econômicos que refletem desafios específicos de cada país e/ou região. As mudanças podem envolver desde a alteração de currículos até a renovação de políticas de avaliação e embora haja diferentes pontos de vistas e diversas abordagens, a maioria concorda com a importância na participação ativa dos envolvidos no processo, tais como professores, especialistas e demais agentes da educação. Pietarinen, Pyhältö e Soini (2016), por exemplo, destacam como a abordagem de cima para baixo e baixo para cima na reforma da Finlândia foi associada ao seu sucesso, uma vez que incorporou à experiência diferentes grupos de interesses. Já Prendergast e Treacy (2017), aborda que uma reforma deve refletir as crenças e preocupações de professores, ou seja, promover uma abordagem de baixo para cima, já que são esses atores que irão colocar em prática as diretrizes. Os autores ainda ressaltam a necessidade do desenvolvimento profissional dos professores como fator primordial para o sucesso de uma reforma.

So e Kang (2014), complementam esses pontos de vista com a experiência da Coreia, enfatizando, que embora mudanças curriculares, de avaliação e modelos de mais autonomia sejam extremamente



importantes, para que as reformas reflitam mudanças práticas devem incorporar mudanças nos estilos de ensino, nos instrumentos de avaliação e até mesmo na cultura escolar.

Embora os autores, em sua maioria, reconheçam a importância de reformas educacionais, é consenso que aspectos demográficos e socioeconômicos ainda são os principais fatores que influenciam no desempenho dos estudantes, reforçando a interferência de aspectos socioculturais e econômicos no contexto educacional específico de cada país. Em outras palavras, o sucesso de uma reforma educacional está diretamente relacionado a condições externas no ambiente escolar e nem sempre está associado a uma elevação de performance.

4.2 A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Assim como no processo de implementação, a avaliação de políticas educacionais deve considerar as tendências sociais e mudanças no contexto do país, analisando não somente os resultados imediatos, mas também impactos a longo prazo (Aloisi e Tymms, 2017). Dessa forma, fica claro a complexidade em determinar o (in)sucesso de uma política. Uma implementação efetiva, mas sem alterações no desempenho em avaliações de larga escala, pode ser caracterizada como uma reforma bem-sucedida para alguns e má sucedida para outros tipos de abordagem. Por exemplo, Baete e Hochbein (2014) examinaram os efeitos de uma reforma levando em consideração critérios como desempenho, já Cheung, Keung e Mak (2019) utilizaram como critério fiável para medir a eficácia de uma reforma educativa a percepção das partes interessadas. No primeiro caso, os autores expressam a preocupação se o desempenho reflete de fato a mudança ou se há outros fatores externos à mudança que podem ser os causadores de uma performance diferenciada. Já os autores do segundo exemplo, destacam as percepções significativamente diferentes de uma mesma dimensão.

Em suma, o processo de avaliação idealmente deve refletir os objetivos previstos em uma mudança, mas em muitos casos, esses efeitos não são facilmente desagregados de fatores diversos da reforma. Embora não seja uma tarefa simples, é comum estudos que relacionam parâmetros como desempenho médio em avaliações de larga escala internacionais e nacionais para inferir a respeito de uma política educacional, mas destacando a necessidade de adotar uma abordagem ampla e integrada, considerando fatores como equidade e tempo de implementação.

Destacam-se ainda, os estudos de Tobin, Nugroho e Lietz (2016), que ao analisarem como as avaliações são utilizadas pelos tomadores de decisão observaram que é mais frequente seu uso nas fases de definição da agenda, na implementação, monitoramento e avaliação de uma política, e, menos frequente no desenho da política. Os autores alertam, ainda, para problemas comuns nos sistemas de ensino quanto à avaliação, tais como, restrição financeira para uma avaliação de alta qualidade ou em processo contínuo, capacidade técnica baixa na interpretação e divulgação dos resultados, entre outros.



4.3 O IMPACTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA QUALIDADE DE ENSINO

Em geral, os estudos sugerem que os impactos das reformas educacionais na qualidade de ensino podem ser complexos e variáveis. Alguns estudos indicam resultados modestos ou variados dependendo de fatores contextos e do processo de implementação, outros poucos conseguiram mensurar efeitos positivos. Dessa forma, é relevante reforçar a leitura mais abrangente e contextualizada nas avaliações de impacto.

Devido à complexidade dos sistemas educacionais e à variedade de fatores que influenciam o processo de ensino e aprendizagem, dificultando a mensuração de forma precisa dos efeitos causados pelas políticas educacionais, a avaliação do impacto das reformas de ensino torna-se uma tarefa desafiadora. (Aloisi e Tymms, 2017; Gualberto e Rodrigues, 2021) Entretanto, muitos trabalhos utilizam métodos rigorosos de avaliação, incluindo análises quantitativas e qualitativas, e fortalecem a importância de compreender como se deu essas políticas e se estão promovendo as melhorias previstas.

Em suma, autores como Aloisi e Tymms (2017) e Kounetas *et al* (2023) observaram que parece não haver um efeito significativo de reformas curriculares no desempenho de avaliações de larga escala internacionais. Entretanto, Karakolidis *et al* (2021) observou que a variação entre os desempenhos de diferentes grupos na Irlanda reduziu, o que pode ser considerado uma evidência de um sistema educacional mais equitativo mesmo mantendo suas médias quase constantes. Já Bonilla e Dee (2018), ao investigarem efeitos nas reformas escolares no Kentucky, perceberam que algumas escolas experimentaram melhorias, mas consideravelmente diferentes entre as escolas.

Portanto, os estudos encontraram resultados mistos e utilizam abordagens distintas para discutirem os impactos das políticas. Dessa forma, é importante em uma avaliação de reforma compreender o contexto do país ou região que ela está inserida e ter clareza o que se pretende mensurar, ou seja, qual objetivo pretende-se avaliar. Destacando essa etapa como um dos instrumentos para a tomada de decisões, mas não o único fator a ser considerado.

É relevante mencionar que o fato dos estudos não encontrarem resultados altamente expressivos de impactos na qualidade de ensino oriundos de reformas educacionais não significa que elas não são necessárias, mas sim que a expectativa dos avaliadores seja alinhada a esse retorno em resultados pequenos e incrementais e não grandes e frequentes. (Aloisi e Tymms, 2017)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Machin, McNally e Wyness (2013) comparar reformas educacionais em termos de efeitos sobre o desempenho educacional é menos complexo a analisá-las em termos de custo-benefício, uma vez que mensurar com precisão os valores gastos nessas políticas é uma tarefa quase impossível. Pode-se dizer que avaliar uma política educacional em termos de qualidade é ainda mais complexo. Embora, uma



quantidade expressiva de estudos remeta a qualidade de ensino à desempenho em avaliações padronizadas de larga escala, principalmente as internacionais, muitos alertam para a necessidade de compreender até que ponto esses resultados refletem efetivamente a qualidade de ensino, a implementação da reforma em si e até mesmo questionam os impactos em populações minoritárias.

Em seu estudo, Aloisi e Tymms (2017) apresentam estudos que mostram que os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) têm influenciado a construção de currículos nacionais com objetivo de alinhar seus conhecimentos ao conteúdo do teste. Embora os autores mencionem que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), responsável pela aplicação e divulgação dos resultados, afirma que o não tem objetivo de avaliar currículo de países, mas sim “habilidade para a vida”, reiteram que a Organização elogia quando países que alinham seus referenciais currículos às “habilidades do século XXI”. Sendo assim, questiona-se até que ponto os resultados refletem a qualidade do serviço de educação oferecido ou o alinhamento de alguns países a essa avaliação. Sob nenhuma hipótese pretende-se desmerecer as reformas curriculares com o intuito de alinhamento e nem mesmo criticar o uso de avaliação de larga escala no monitoramento de políticas educacionais. Porém, como proposto nos estudos de Aloisi e Tymms (2017), Baete G e Houchbein (2014), Prendergast e Treacy (2017), Macqueen et al.. (2018), entre outros, essas avaliações devem ser trianguladas com outros métodos, indicadores e tempos diferentes para compreender com mais cautelas os resultados de uma modificação em um sistema de ensino, sobretudo em populações mais desfavorecidas.

Embora bastante questionada, a literatura é bastante sólida em relacionar qualidade de ensino com desempenho, mas além disto, destaca-se que sua eficácia não se limita à evolução dos índices médios gerais. É consenso que ao avaliarem a qualidade de ensino, analisaram a distribuição de desempenho em relação à níveis socioeconômicos, sexo, entre outros fatores abordados, de forma a mensurar a equidade do sistema educacional. Ironicamente, estudos como o de Ferraro e Pôde (2018) e de Van der Werforst (2018), obtiveram evidências que sistemas que demonstram maior equidade educacional possuem desempenhos médios inferiores. Portanto, acredita-se que ao avaliar os impactos de políticas educacionais sobre a qualidade ensino deve-se considerar o equilíbrio entre esses dois fatores: desempenho médio do sistema e distribuição equitativa.

5.1 LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS

Ao analisar a abrangência dos estudos quanto aos países de origem dos autores, há uma densidade geográfica significativa em países desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos. Cerca de 27% dos estudos selecionados, há pelo menos um autor estadunidense. Embora os artigos contemplem diversas regiões, não se restringindo ao país do autor e reconheça-se a relevância acadêmica dos países desses autores, essa pesquisa buscou analisar uma visão sistêmica de avaliação de reformas educacionais, quando se percebeu



esse padrão regional, acredita-se que há uma limitação da pesquisa quanto a heterogeneidade. Uma possível consequência dessa limitação seria a repetição de estudos referentes às mesmas reformas educacionais e a avaliação de ensino ser restrita a linhas de estudos semelhantes. Assim, uma possível análise futura seria comparar se há linhas de estudos divergentes na avaliação de políticas educacionais das apresentadas nesta pesquisa quando são utilizados apenas autores de países em desenvolvimento e ou subdesenvolvidos.

Outra limitação observada está na busca ampla pela avaliação de políticas educacionais, o que gerou inúmeros artigos, sendo necessário uma nota de corte muito elevada devido a limitação do tempo para analisar detalhadamente os estudos qualificados. Dessa forma, para pesquisas futuras sugere-se analisar aspectos únicos, ou apenas impacto, equidade ou outro indicador.

Além disso, sugere-se a pesquisa de métodos ou processos que investigaram a fidelidade de implementação das políticas educacionais como mencionado por Baete G e Houchbein (2014) para que se possa investigar a relação de causalidade com os indicadores propostos.



REFERÊNCIAS

- ALOISI, C.; TYMMS, P. PISA trends, social changes, and education reforms. *Educational Research and Evaluation*, v. 23, n. 5-6, p. 180–220, ago. 2017.
- BAETE G; HOCHBEIN, C. Project Proficiency: Assessing the Independent Effects of High School Reform in an Urban District. v. 107, n. 6, p. 493–511, out. 2014.
- BONILLA, S.; DEE, T. S. The Effects of School Reform under NCLB Waivers: Evidence from Focus Schools in Kentucky. *Education Finance and Policy*, p. 1–56, out. 2018.
- BOWER, C. B. Social Policy and the Achievement Gap. *Education and Urban Society*, v. 45, n. 1, p. 3–36, jun. 2013.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BRASIL. Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BURKS, J.; HOCHBEIN, C. The Students in Front of Us. *Urban Education*, v. 50, n. 3, p. 346–376, out. 2013.
- CARLSON, D.; LAVERTU, S. School Improvement Grants in Ohio: Effects on Student Achievement and School Administration. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, v. 40, n. 3, p. 287–315, mar. 2018.
- CASTRO, M. H. Breve histórico do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular no Brasil. *Em aberto*, v. 33, n. 107, jul. 2020.
- CHEUNG, A. C. K.; KEUNG, C. P. C.; MAK, B. S. Y. Examining the key stakeholders' perceptions of student learning: towards a paradigm shift in secondary education in Hong Kong. *Asia Pacific Journal of Education*, v. 39, n. 4, p. 532–547, mai. 2019.
- CHOI, Á.; JERRIM, J. The use (and misuse) of PISA in guiding policy reform: the case of Spain. *Comparative Education*, v. 52, n. 2, p. 230–245, fev. 2016.
- DAHMAN, S. C. How does education improve cognitive skills? Instructional time versus timing of instruction. *Labour Economics*, v. 47, p. 35–47, ago. 2017.
- DENG, Z.; GOPINATHAN, S. PISA and high-performing education systems: explaining Singapore's education success. *Comparative Education*, v. 52, n. 4, p. 449–472, set. 2016.



DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DRIJVERS, P.; KODDE-BUITENHUIS, H.; DOORMAN, M. Assessing mathematical thinking as part of curriculum reform in the Netherlands. *Educational Studies in Mathematics*, v. 102, n. 3, p. 435–456, jul. 2019.

FERRARO, S.; PÖDER, K. School-level policies and the efficiency and equity trade-off in education. *Journal of Policy Modeling*, v. 40, n. 5, p. 1022–1037, set. 2018.

GÖRLITZ, K.; GRAVERT, C. The effects of the high school curriculum on school dropout. *Applied Economics*, v. 48, n. 54, p. 5314–5328, mai. 2016.

GUALBERTO, L.; RODRIGUES, A. M. Autonomia curricular como fator associado ao desempenho de ciência no PISA. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 27, 2021.

KARAKOLIDIS, A. et al. Examining educational inequalities: insights in the context of improved mathematics performance on national and international assessments at primary level in Ireland. *Large-scale Assessments in Education*, v. 9, n. 1, mar. 2021.

KHAVENSON, T.; CARNOY, M. The unintended and intended academic consequences of educational reforms: the cases of Post-Soviet Estonia, Latvia and Russia. *Oxford Review of Education*, v. 42, n. 2, p. 178–199, mar. 2016.

KONSTANTINOS KOUNETAS et al. Educational reforms and secondary school's efficiency performance in Greece: a bootstrap DEA and multilevel approach. v. 23, n. 1, fev. 2023.

LE DONNÉ, N. La réforme de 1999 du système éducatif polonais Effets sur les inégalités sociales de compétences scolaires. *Revue française de sociologie*, v. Vol. 55, n. 1, p. 127–162, fev. 2014.

MACHIN, S.; MCNALLY, S.; WYNESS, G. Educational attainment across the UK nations: performance, inequality and evidence. *Educational Research*, v. 55, n. 2, p. 139–164, jun. 2013.

MACQUEEN, S. et al. The impact of national standardized literacy and numeracy testing on children and teaching staff in remote Australian Indigenous communities. *Language Testing*, v. 36, n. 2, p. 265–287, mai. 2018.

NAKAYASU, C. School curriculum in Japan. *The Curriculum Journal*, v. 27, n. 1, p. 134–150, jan. 2016.

PHAM, L. D. Why Do We Find These Effects? An Examination of Mediating Pathways Explaining the Effects of School Turnaround. *Journal of Research on Educational Effectiveness*, p. 1–24, jun. 2022.

PIETARINEN, J.; PYHÄLTÖ, K.; SOINI, T. Large-scale curriculum reform in Finland – exploring the interrelation between implementation strategy, the function of the reform, and curriculum coherence. *The Curriculum Journal*, v. 28, n. 1, p. 22–40, mai. 2016.

PRENDERGAST, M.; TREACY, P. Curriculum reform in Irish secondary schools – a focus on algebra. *Journal of Curriculum Studies*, v. 50, n. 1, p. 126–143, abr. 2017.



RAZO, A. E. La Reforma Integral de la Educación Media Superior en el aula: política, evidencia y propuestas. *Perfiles Educativos*, v. 40, n. 159, p. 90–106, 15 abr. 2018.

SALAZAR-MORALES, D. A. Sermons, carrots or sticks? Explaining successful policy implementation in a low performance institution. *Journal of Education Policy*, v. 33, n. 4, p. 457–487, out. 2017.

SO, K.; KANG, J. Curriculum Reform in Korea: Issues and Challenges for Twenty-first Century Learning. *The Asia-Pacific Education Researcher*, v. 23, n. 4, p. 795–803, jan. 2014.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 529–550, jun. 2008.

TOBIN, M.; NUGROHO, D.; LIETZ, P. Large-scale assessments of students' learning and education policy: synthesising evidence across world regions. *Research Papers in Education*, v. 31, n. 5, p. 578–594, set. 2016.

VAN DE WERFHORST, H. G. Early tracking and socioeconomic inequality in academic achievement: Studying reforms in nine countries. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 58, p. 22–32, dez. 2018.